

# Adami S.A. - Madeiras

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Aos Administradores e Acionistas da

### Adami S.A. - Madeiras

Caçador - SC

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Adami S.A. - Madeiras (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Adami S.A. - Madeiras em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos despesas de venda

Consulte as notas explicativas 3.g e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui o montante de R\$ 281.276 mil reconhecido como ativo biológico em 31 de dezembro de 2019. Os ativos biológicos são formados, principalmente, por florestas de pinus, normalmente utilizados no processo produtivo da Companhia, ou para comercialização à terceiros, e são mensurados ao valor justo deduzido das despesas de venda.</p> <p>A determinação do valor justo desses ativos contém incertezas relacionadas às premissas utilizadas, na determinação dos fluxos de caixa futuros, em especial o preço médio líquido de venda, o índice de crescimento das florestas e a taxa de desconto.</p> <p>Mudanças nas premissas utilizadas para determinar o valor justo desses ativos podem impactar significativamente o montante da estimativa reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Pelos motivos acima mencionados, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em mensuração de valores justos de ativos biológicos, das premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, e comparação com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado normalmente utilizadas neste setor.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações referentes à mensuração dos ativos biológicos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos de ativos biológicos e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

### Reconhecimento e mensuração de crédito tributários

Consulte as notas explicativas 3.j e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Durante o exercício de 2019, a Companhia teve o transitado em julgado do processo relacionado ao direito ao crédito tributário referente a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, que foi calculado pela administração levando em consideração o imposto destacado em nota fiscal. Em função disso, foi reconhecido um crédito tributário de PIS e COFINS no montante de R\$ 92.667 mil, o qual foi mensurado com base em julgamentos e premissas da Companhia, e no levantamento da documentação comprobatória.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em assuntos legais, da documentação da decisão judicial (trânsito em julgado) e dos aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento das premissas usadas pela Companhia para o reconhecimento e a mensuração dos ativos relativos a créditos tributários.</li><li>• Análise, com auxílio de nossos especialistas em impostos, dos cálculos e documentações</li></ul>

Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento subjacente à determinação das premissas base da mensuração dos referidos ativos e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

suporte dos montantes a serem futuramente compensados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração de tais créditos tributários, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 23 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva  
Contador CRC RS – 0 83091/O-0 T-SC

**Adami S.A. - Madeiras**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.972	122.495	128.363	125.047	Fornecedores		78.373	73.086	79.109	84.044
Aplicações financeiras	6	72.645	33.504	72.645	33.504	Empréstimos e financiamentos	16	91.074	123.760	94.109	124.041
Contas a receber de clientes	7	66.731	45.632	66.731	45.632	Debêntures	17	36.165	24.858	36.165	24.858
Estoques	8	76.187	73.385	76.251	73.385	Salários e encargos sociais		17.243	15.879	17.243	15.879
Impostos a recuperar	9	80.278	30.158	80.278	30.158	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		27.001	1.335	27.001	1.335
Ativos biológicos	10	47.336	48.792	47.336	48.792	Adiantamento de clientes		398	249	398	249
Outras contas a receber		13.982	11.468	15.009	11.680	Impostos e contribuições à recolher	19	44.925	971	45.090	1.070
						Instrumentos financeiros derivativos	27.c	5.617	-	5.617	-
		483.131	365.434	486.613	368.198	Arrendamento mercantil	20	7.782	-	7.782	-
						Outras contas a pagar		13.698	8.583	13.757	8.583
								322.276	248.721	326.271	260.059
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Depósitos caução		-	-	-	2.980	Empréstimos e financiamentos	16	281.723	177.001	311.115	202.896
Impostos a recuperar	9	132.937	6.183	132.937	6.183	Debêntures	17	88.235	111.176	88.235	111.176
Depósitos judiciais	11	6.544	7.774	6.544	7.774	Impostos e contribuições à recolher	19	2.430	558	2.430	558
Dividendos a receber	13	711	1.350	-	1.350	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	113.111	125.839	113.111	125.839
Fundo de investimentos em direitos creditórios	26	10.109	8.452	10.109	8.452	Provisão para contingências	11	10.727	2.263	10.727	2.263
Outras contas a receber		368	2.631	-	2.631	Instrumentos financeiros derivativos	27.c	7.442	-	7.442	-
Instrumentos financeiros derivativos	27.c	457	-	457	-	Arrendamento mercantil	20	38.583	-	38.583	-
Mútuos com partes relacionadas	18.b	7.951	23.132	3.451	2.967	Outras contas a pagar		18.585	388	18.585	388
Investimentos	13	49.034	32.791	35.067	32.814			560.836	417.225	590.228	443.120
Ativos biológicos	10	233.940	227.899	233.940	227.899	<b>Patrimônio líquido</b>	21				
Ativo de direito de uso	15	43.863	-	43.863	-	Capital social		104.909	104.909	104.909	104.909
Imobilizado	14	471.784	436.458	521.235	488.089	Ajustes de avaliação patrimonial		158.792	153.456	158.792	153.456
						Reservas de lucros		294.016	187.793	294.016	187.793
		957.698	746.670	987.603	781.139			557.717	446.158	557.717	446.158
<b>Total do ativo</b>		<b>1.440.829</b>	<b>1.112.104</b>	<b>1.474.216</b>	<b>1.149.337</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.440.829</b>	<b>1.112.104</b>	<b>1.474.216</b>	<b>1.149.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S.A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	22	867.964	729.156	877.293	729.157
Custo dos produtos vendidos	23	<u>(620.360)</u>	<u>(500.028)</u>	<u>(622.886)</u>	<u>(500.028)</u>
<b>Lucro bruto</b>		247.604	229.128	254.407	229.129
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Vendas	23	(110.546)	(94.036)	(110.546)	(94.266)
Administrativas	23	(78.691)	(47.547)	(80.703)	(47.547)
Resultado da equivalência patrimonial	13	9.364	5.885	6.299	5.891
Outras receitas e despesas	24	<u>46.872</u>	<u>(412)</u>	<u>46.873</u>	<u>(412)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		114.603	93.018	116.330	92.795
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	25	132.593	72.756	132.623	72.981
Despesas financeiras	25	<u>(144.768)</u>	<u>(131.470)</u>	<u>(146.223)</u>	<u>(131.472)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		102.428	34.304	102.730	34.304
Imposto de renda e contribuição social		20.767	-	20.465	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>17.922</u>	<u>(7.328)</u>	<u>17.922</u>	<u>(7.328)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>141.117</u>	<u>26.976</u>	<u>141.117</u>	<u>26.976</u>
<b>Lucro líquido por ação - básico de diluído</b>				<u>0,66</u>	<u>0,13</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S.A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Resultado do exercício</b>		141.117	26.976	141.117	26.976
Hedge accounting	27.b	15.277	(21.333)	15.277	(21.333)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(5.194)</u>	<u>7.253</u>	<u>(5.194)</u>	<u>7.253</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<u>151.200</u>	<u>12.896</u>	<u>151.200</u>	<u>12.896</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S.A. - Madeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Retenção	Lucros a realizar	Custo atribuído		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<u>100.000</u>	<u>11.569</u>	<u>56.202</u>	<u>101.704</u>	<u>172.423</u>	-	<u>441.898</u>
Aumento de capital		4.909	-	-	-	-	-	4.909
Distribuição dividendos		-	-	(2.600)	-	-	-	(2.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(4.887)	4.887	-
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos		-	-	-	(17.242)	-	17.242	-
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos		-	-	-	39.439	-	(39.439)	-
Hedge accounting líquido de tributos		-	-	-	-	(14.080)	-	(14.080)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	26.976	26.976
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal		-	1.349	-	-	-	(1.349)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(10.945)	(10.945)
Constituição de reservas de retenção		-	-	(2.628)	-	-	2.628	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<u>104.909</u>	<u>12.918</u>	<u>50.974</u>	<u>123.901</u>	<u>167.536</u>	<u>(14.080)</u>	<u>446.158</u>
Distribuição dividendos	21.b	-	-	(4.600)	-	-	-	(4.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(4.747)	4.747	-
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	10.b	-	-	-	(22.310)	-	22.310	-
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos	10.b	-	-	-	28.420	-	(28.420)	-
Hedge accounting líquido de tributos	27.b	-	-	-	-	10.083	-	10.083
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	141.117	141.117
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal	21.b	-	7.056	-	-	-	(7.056)	-
Dividendos obrigatórios	21.c	-	-	-	-	-	(24.868)	(24.868)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(10.173)	(10.173)
Constituição de reservas de retenção		-	-	97.657	-	-	(97.657)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<u>104.909</u>	<u>19.974</u>	<u>144.031</u>	<u>130.011</u>	<u>162.789</u>	<u>(3.997)</u>	<u>557.717</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S.A. - Madeiras

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do exercício</b>	141.117	26.976	141.117	26.976
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>				
Resultado Instrumentos financeiros derivativos	27.c	12.391	-	12.391
Depreciação e amortização		31.964	30.829	32.941
Exaustão	10	45.962	39.495	45.962
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e contingências		8.814	-	8.814
Impostos diferidos		(17.922)	7.328	(17.922)
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados		64.669	52.715	81.577
Resultado na venda de ativos imobilizados		(1.443)	(953)	(1.443)
Variação valor justo dos ativos biológicos	10	(41.520)	(59.756)	(41.520)
Equivalência patrimonial	13	(9.364)	(5.885)	(6.299)
		234.668	90.749	255.618
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				102.842
Contas a receber de clientes		(21.099)	11.308	(21.099)
Estoques		(2.802)	(14.069)	(2.866)
Impostos a recuperar		(176.874)	20.753	(176.874)
Outras contas a receber		(39)	968	225
Fornecedores		5.287	13.704	(4.935)
Impostos e contribuições a recolher		45.826	(4.435)	45.891
Outras contas a pagar		24.825	(28.331)	24.885
Aplicações financeiras		(39.141)	9.347	(39.141)
Recebimentos de dividendos		5.400	3.984	5.400
		76.051	103.978	87.104
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>				126.588
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de imobilizado	14	(73.033)	(32.261)	(81.577)
Adições de ativos biológicos	10	(9.027)	(10.782)	(9.027)
Aquisições de investimentos	13	(616)	(737)	(616)
Recebimento de mútuo de coligadas		5.613	-	-
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado		1.783	1.536	1.783
		(75.280)	(42.244)	(89.437)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>				(87.030)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(12.450)	(11.587)	(12.450)
Empréstimos tomados	16	253.983	281.311	259.715
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	16	(208.206)	(380.967)	(210.995)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27.c	210	-	210
Liquidação de derivativos	27.c	-	(48)	-
Debêntures emitidas	17	15.000	135.000	15.000
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	17	(40.379)	(76.978)	(40.379)
Pagamento de arrendamento mercantil (principal e juros)	20	(5.452)	-	(5.452)
		2.706	(53.269)	5.649
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos</b>				(28.545)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.477</b>	<b>8.465</b>	<b>3.316</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício		122.495	114.030	125.047
No fim do exercício		125.972	122.495	128.363
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.477</b>	<b>8.465</b>	<b>3.316</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras (Companhia) é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)– Arrendamentos foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

#### c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 10 - Ativos biológicos e nota explicativa 14 - Imobilizado.

**3 Principais políticas contábeis**

**Mudanças nas políticas contábeis**

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) -Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, a Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contém opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Na data de adoção, ativos e passivos oriundos dos contratos de arrendamento foram mensurados ao seu valor presente, considerando os pagamentos remanescentes de cada contrato, descontando a taxa incremental em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental aplicada na adoção inicial foi de 0,84% a.m..

Conforme apresentado nas notas explicativas 15 e 20, em 1º de janeiro de 2019 a Companhia teve um aumento no ativo e passivo de R\$ 14.553 em decorrência da adoção inicial da prática contábil. Além disso, foram transferidos os arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06, o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento. De ativo imobilizado foi transferido o montante líquido de depreciação de R\$ 6.978, e empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 5.115, para ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, respectivamente. No ano de 2019 a Companhia incorreu em despesas financeiras no montante de R\$ 3.601 e despesas com depreciação e amortização de R\$ 3.571.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Não há impacto tributários relevantes e em outros resultados abrangentes ou no lucro básico e diluído por ação.

## **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determinou, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às controladas) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

### **a. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. que é uma pequena central hidrelétrica (PCH) com capacidade de geração de energia de 9 MW.

#### **(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando tem poder sobre a investida, está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### **(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e investimentos controlados em conjunto.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

**(iii) *Transações eliminadas na consolidação***

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

**b. *Moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

**c. *Instrumentos financeiros***

**(i) *Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente:***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR ou valor justo por outros resultados abrangentes - VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o

dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e sua controlada desreconhem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge**

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do “*Hedge Accounting*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de “*Hedge Accounting*” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**g. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**h. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento**

A Companhia adotou o CPC 06(R2) Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A nova política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

**i. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

*Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as

insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*  
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

## **l. Receita de contrato com cliente**

A operação da Companhia compreende o cultivo de florestas, industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados, fabricação e comercialização de papel e embalagens de papelão. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal agente em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

### **(a) Venda de produtos**

A receita de venda produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente). Ao determinar o preço de transação para a venda de produto, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

### **(b) Contraprestação variável**

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente.

A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de produto fornecem aos clientes o direito de devolução em um período pré-determinado além de abatimentos por volume calculados de forma retrospectiva a determinados clientes na medida em que a quantidade de produtos adquiridos no período estabelecido exceda a meta estipulada em contrato. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

## **m. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### 4 Determinação do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, e estão demonstrados em suas respectivas notas explicativas.

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	8.541	1.663	9.000	4.215
Aplicações financeiras	<u>117.431</u>	<u>120.832</u>	<u>119.363</u>	<u>120.832</u>
	<u>125.972</u>	<u>122.495</u>	<u>128.363</u>	<u>125.047</u>

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

#### 6 Aplicações financeiras - controladora e consolidado

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, e estão vinculados a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
No País	123.194	107.215
No Exterior	12.314	6.479
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.097)	(3.747)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 26)	(64.680)	(64.315)
	<b>66.731</b>	<b>45.632</b>

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
A vencer	55.145	33.670
Vencidos há 30 dias	5.812	6.820
Vencidos de 31 a 60 dias	247	86
Vencidos de 61 a 90 dias	49	39
Vencidos de 91 a 180 dias	991	253
Vencidos há mais de 180 dias	8.584	8.511
	70.828	49.379
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.097)	(3.747)
	<b>66.731</b>	<b>45.632</b>

### Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial no início do exercício	3.747	3.759
Adições	393	-
Baixas	(43)	(12)
	4.097	3.747
Saldo no final do exercício	<b>4.097</b>	<b>3.747</b>

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na demonstração de resultado.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e sua controlada não possuem duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos (R\$ 7.756 em 2018).

## 8 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Matérias-primas e materiais auxiliares	29.833	27.942
Almoxarifado	26.328	22.875
Produtos acabados-madeira	7.857	7.753
Produtos acabados-embalagem	2.884	3.940
Produtos em elaboração	980	629
Adiantamentos a fornecedores	1.515	4.451
Outros	6.854	5.795
	76.251	73.385

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2019, a Administração considerou não haver necessidade constituição de provisão para perdas com estoques.

## 9 Impostos a recuperar

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ICMS a recuperar	8.656	4.100
IPI a recuperar	2.891	3.990
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	108.323	28.130
PIS e COFINS a recuperar (b)	92.667	-
Outros impostos a recuperar	678	121
	213.215	36.341
Circulante	80.278	30.158
Não circulante	132.937	6.183

- (a) O saldo de IRPJ e CSLL à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 18 de fevereiro de 2016, onde a Companhia solicitou a Exclusão do Pis, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS, do período de março de 2011 à julho de 2017. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 06 de agosto de 2019. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados no SPED Fiscal e atualizados pela Selic de abril de 2011 a novembro de 2019. A Companhia estima compensar a totalidade do crédito até dezembro de 2021.

	<b>Controladora e consolidado</b>
2020	66.916
2021	41.407
	108.323

- (b) O saldo de PIS e COFINS à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em

julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019, e o crédito foi apurado utilizando o valor do ICMS destacado nas notas fiscais, no período de abril de 2002 à janeiro de 2019, e foi atualizado pela Selic até novembro de 2019. Este valor está classificado no longo prazo pois a Companhia efetuará a compensação dos créditos somente após compensar a totalidade dos créditos do item (a). As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano:

	<u>Controladora e consolidado</u>
2021	1.318
2022	29.200
2023	30.735
Após 2023	<u>31.414</u>
	<u><u>92.667</u></u>

## 10 Ativos biológicos - controladora e consolidado

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio principalmente de pinus para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo.

### a. Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi *Income Approach* com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados no mercado de Santa Catarina, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;

- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos anuais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

---

**Controladora e consolidado**

---

<b>Premissa</b>	<b>Em 2019</b>	<b>Impacto no valor justo dos ativos biológicos</b>
Área plantada (hectare)	17.526	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto - %	8,81%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço médio líquido de venda (m <sup>3</sup> - em reais)	R\$ 59,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual m <sup>3</sup> /há – IMA	22,68	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

---

As principais premissas, taxa de desconto, preço de venda e IMA, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

**b. As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>245.648</u>
Novas plantações	9.640
Aquisições	1.142
(-) Exaustão (i)	(39.495)
Ajuste ao valor justo (ii)	<u>59.756</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u><b>276.691</b></u>
Novas plantações	9.027
Aquisições	-
(-) Exaustão (i)	(45.962)
Ajuste ao valor justo (ii)	<u>41.520</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<u><b>281.276</b></u>
Circulante	47.336
Não circulante	233.940

- (i) Do valor total exaurido, o montante de R\$ 33.804 (R\$ 26.124 em 2018), o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 22.310 (R\$ 17.242 em 2018), refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (ii) Os valores de ajuste ao valor justo, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R\$ 28.420 (R\$ 39.439 em 2018) foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da Administração para a extração de árvores em 2020.

**c. Ativos biológicos cedidos em garantia**

Em 31 de dezembro de 2019, as florestas no valor de R\$ 133.725 (R\$ 59.785 em 2018) estão vinculadas ao penhor agrícola registrada para garantir os empréstimos bancários.

## 11 Depósitos judiciais e provisão para contingências

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Depósitos judiciais</b>		
Tributários	5.443	5.925
Trabalhista	1.101	1.849
	<u>6.544</u>	<u>7.774</u>
<b>Provisão para contingências</b>		
Trabalhista	2.727	1.296
Tributária	8.000	-
Cíveis	-	967
	<u>10.727</u>	<u>2.263</u>

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários e trabalhistas contra os quais foram interpostos recursos.

### **Contingências possíveis**

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R\$ 20.407 (R\$ 21.604 em 2018), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

## 12 Impostos de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Provisão para contingências	927	769
Provisão para comissões	943	788
Provisão para <i>impairment</i> (nota explicativa 14)	3.354	3.354
Prejuízo fiscal imposto de renda pessoa jurídica	9.844	9.017
Base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	3.544	3.246
Hedge accounting (nota explicativa 27.b)	2.059	7.253
Outras provisões temporárias	17.728	2.066
	38.399	26.493
<b>Passivo não circulante</b>		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(74.704)	(76.912)
Ativo biológico (nota explicativa 10)	(65.436)	(63.829)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(9.112)	(9.395)
Outras receitas temporárias	(2.258)	(2.196)
	(151.510)	(152.332)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	(113.111)	(125.839)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

### b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado - controladora

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro antes dos impostos	102.428	34.304
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(34.826)	(11.663)
<b>(Adições) e exclusões permanentes</b>		
Juros sobre capital próprio	3.459	3.721
Equivalência patrimonial	(3.185)	(2.001)
Crédito processo judicial (nota explicativa 9.a)	64.033	-
Outras (adições) exclusões	9.208	2.615
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	38.689	(7.328)
Alíquota efetiva	38%	21%

## 13 Investimentos

	<b>Passos Maia Energética S.A (a)</b>	<b>Chapecozinho Energética S.A (b)</b>	<b>Cia Bom Sucesso de Eletricidade (c)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total 2019</b>	<b>Total 2018</b>
Patrimônio líquido	57.383	13.967	12.538	5	83.893	59.355
Resultado do exercício	12.581	3.065	60	-4	15.702	-
Participação no capital em %	50%	100%	32,09%	-	-	-
<b>Movimentação dos investimentos</b>						
Saldos dos investimentos no início do exercício	26.451	(22)	2.075	4.287	32.791	27.519
Dividendos creditados/recebidos	(4.050)	(711)	-	-	(4.761)	(1.350)
Integralização de capital	-	11.635	1.925	(2.522)	11.038	-
Aquisições	-	-	-	616	616	737
Outras movimentações	-	-	-	(14)	(14)	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>6.291</u>	<u>3.065</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>9.364</u>	<u>5.885</u>
Saldos dos investimentos no fim do exercício	<u>28.692</u>	<u>13.967</u>	<u>4.008</u>	<u>2.367</u>	<u>49.034</u>	<u>32.791</u>

- (a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R\$ 45.000, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 9 MW, por um período de concessão de 35 anos.
- (c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

Os saldos dos investimentos nas coligadas Passos Maia Energética S.A. e Cia Bom Sucesso de Eletricidade, acrescido de outros investimentos, compõem o saldo de investimentos das demonstrações financeiras consolidadas.

## 14 Imobilizado

### Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>178.776</u>	<u>141.300</u>	<u>400.328</u>	<u>3.116</u>	<u>7.969</u>	<u>21.221</u>	<u>3.951</u>	<u>1.941</u>	<u>9.160</u>	<u>678</u>	<u>768.440</u>
Adições	-	44	164	217	611	5.060	396	28	11.090	14.651	32.261
Baixas	-	(359)	(5.646)	(20)	(1.579)	(2.118)	(5)	-	-	-	(9.727)
Transferências	-	2.339	12.287	-	565	-	127	-	(3.784)	(11.534)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>178.776</u>	<u>143.324</u>	<u>407.133</u>	<u>3.313</u>	<u>7.566</u>	<u>24.163</u>	<u>4.469</u>	<u>1.969</u>	<u>16.466</u>	<u>3.795</u>	<u>790.974</u>
Adições	-	154	3.804	162	597	-	1.506	2.845	18.376	45.589	73.033
Baixas	(147)	(1.816)	(1.578)	-	(981)	-	(5)	(387)	-	-	(4.914)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(24.163)	-	-	-	-	(24.163)
Transferências	-	4.670	54.336	-	54	-	272	-	(12.361)	(46.971)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>178.629</u>	<u>146.332</u>	<u>463.695</u>	<u>3.475</u>	<u>7.236</u>	<u>-</u>	<u>6.242</u>	<u>4.427</u>	<u>22.481</u>	<u>2.413</u>	<u>834.930</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	-	34.421	267.662	2.177	6.025	17.069	2.740	460	-	-	330.554
Depreciação no exercício	-	4.148	23.293	186	685	2.234	453	128	-	-	31.127
Baixa	-	(158)	(3.537)	(20)	(1.328)	(2.118)	(4)	-	-	-	(7.165)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	<u>38.411</u>	<u>287.418</u>	<u>2.343</u>	<u>5.382</u>	<u>17.185</u>	<u>3.189</u>	<u>588</u>	-	-	<u>354.516</u>
Depreciação no exercício	-	3.990	23.176	192	761	-	602	120	-	-	28.841
Baixas	-	(825)	(1.324)	-	(873)	-	(4)	-	-	-	(3.026)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(17.185)	-	-	-	-	(17.185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	-	<u>41.576</u>	<u>309.270</u>	<u>2.535</u>	<u>5.270</u>	<u>-</u>	<u>3.787</u>	<u>708</u>	-	-	<u>363.146</u>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018</b>	178.776	104.913	119.715	970	2.184	6.978	1.280	1.381	16.466	3.795	436.458
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019</b>	178.629	104.756	154.425	940	1.966	-	2.455	3.719	22.481	2.413	471.784

### Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	178.776	141.300	400.328	3.116	7.969	21.221	3.951	1.941	12.697	3.986	775.285
Adições	-	44	1.902	217	611	5.060	396	14.486	23.176	31.155	77.047
Baixas	-	(359)	(5.646)	(20)	(1.579)	(2.118)	(5)	-	-	-	(9.727)
Transferências	-	2.339	12.306	-	565	-	127	(3.430)	7.650	(19.557)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>178.776</u>	<u>143.324</u>	<u>408.890</u>	<u>3.313</u>	<u>7.566</u>	<u>24.163</u>	<u>4.469</u>	<u>12.997</u>	<u>43.523</u>	<u>15.584</u>	<u>842.605</u>
Adições	-	154	3.832	164	597	-	1.506	4.802	21.703	48.819	81.577
Baixas	(147)	(1.816)	(1.578)	-	(981)	-	(5)	(387)	-	(9.747)	(14.661)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(24.163)	-	-	-	-	(24.163)
Transferências	-	4.670	54.336	-	54	-	272	(9.027)	1.938	(52.243)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>178.629</u>	<u>146.332</u>	<u>465.480</u>	<u>3.477</u>	<u>7.236</u>	<u>-</u>	<u>6.242</u>	<u>8.385</u>	<u>67.164</u>	<u>2.413</u>	<u>885.358</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	-	34.421	267.662	2.177	6.025	17.069	2.740	460	-	-	330.554
Depreciação no exercício	-	4.148	23.293	186	685	2.234	453	128	-	-	31.127
Baixa	-	(158)	(3.537)	(20)	(1.328)	(2.118)	(4)	-	-	-	(7.165)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>-</u>	<u>38.411</u>	<u>287.418</u>	<u>2.343</u>	<u>5.382</u>	<u>17.185</u>	<u>3.189</u>	<u>588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>354.516</u>
Depreciação no exercício	-	3.990	24.153	192	761	-	602	120	-	-	29.818
Baixas	-	(825)	(1.324)	-	(873)	-	(4)	-	-	-	-
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(17.185)	-	-	-	-	(17.185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>-</u>	<u>41.576</u>	<u>310.247</u>	<u>2.535</u>	<u>5.270</u>	<u>-</u>	<u>3.787</u>	<u>708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>364.123</u>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018</b>	178.776	104.913	121.472	970	2.184	6.978	1.280	12.409	43.523	15.584	488.089
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019</b>	178.629	104.756	155.233	942	1.966	-	2.455	7.677	67.164	2.413	521.235

## Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as propriedades no valor de R\$ 122.031 estão vinculadas a fiança registrada para garantir os empréstimos bancários.

## Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (*impairment*). Atualmente a Companhia tem o valor de R\$ 9.864 de provisão de *impairment*, reconhecida em exercícios anteriores.

## 15 Ativos de direitos de uso – controladora e consolidado

### Composição e movimentação

<b>Controladora e consolidado</b>			
<b>Ativo direito de uso</b>	<b>Ativos adquiridos p/leasing</b>	<b>Arrendamento de terras</b>	<b>Total</b>
Custo			
<b>Saldo inicial em 01 de janeiro de 2019 (nota explicativa 3)</b>	<b>24.163</b>	<b>14.553</b>	<b>38.716</b>
Adições	22.456	3.447	25.903
Baixas	(2.027)	-	(2.027)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>44.592</b>	<b>18.000</b>	<b>62.592</b>
<b>Depreciação</b>			
	<b>Ativos adquiridos p/leasing</b>	<b>Arrendamento de terras</b>	<b>Total</b>
<b>Depreciação</b>			
<b>Saldo inicial em 01 de janeiro de 2019 (nota explicativa 3)</b>	<b>(17.185)</b>	<b>-</b>	<b>(17.185)</b>
Depreciação no período	(1.647)	(1.924)	(3.571)
Baixas	2.027	-	2.027
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(16.805)</b>	<b>(1.924)</b>	<b>(18.729)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>			
Em 01 de janeiro de 2019	-	14.553	14.553
Em 31 de dezembro de 2019	27.787	16.076	43.863

Os ativos de direito de uso referem-se a terras para cultivo de florestas cujos contratos de arrendamento possuem o prazo médio de 18 anos, e máquinas e equipamentos para uso na operação com vida útil entre 3 e 5 anos.

A Companhia possui como prática a realização de avaliação de *impairment* dos contratos vigentes, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi identificado a necessidade de constituir a provisão de *impairment* para os contratos vigentes.

## 16 Empréstimos e financiamentos

<b>Controladora</b>			
	<b>Encargos em 2019</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Moeda nacional:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP ou 6% a.a.	26.372	7.116
	De 8,03% a 11,89% a.a. ou de 4,9% a 5,2927% a.a. + CDI	-	5.115
Arrendamento mercantil	De 2,2708% a 3,5% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP	<u>98.225</u>	<u>38.410</u>
Capital de giro			
Total moeda nacional		<u>124.597</u>	<u>50.641</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6% a 6,15% a.a.	6.425	4.810
	De 5,3% a 7,5% a.a. ou De 2,4% a 5,5% a.a. + Libor	129.261	74.340
Capital de giro		42.358	40.719
Adiantamento de contrato de câmbio	8% a.a.	70.156	130.251
Pré-pagamento de exportação	6% a.a. + Libor	<u>70.156</u>	<u>130.251</u>
Total moeda estrangeira		<u>248.200</u>	<u>250.120</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>372.797</u>	<u>300.761</u>
Circulante		91.074	123.760
Não circulante		281.723	177.001

**Consolidado**

	<b>Encargos em 2019</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Moeda nacional:</b>			
	De 2,5% a 13,61% a.a. ou 5,6% a 7,76% a.a. + TJLP ou 9,5% a.a.+ cesta de moedas		
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos		58.799	33.292
Arrendamento mercantil	8,03% a.a. ou 5,2927% a.a. + CDI	-	5.115
Capital de giro	15,2527% a.a. ou 4% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TJLP	<u>98.225</u>	<u>38.410</u>
Total moeda nacional		<u>157.024</u>	<u>76.817</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,15% a.a. + variação cambial	6.425	4.810
	7,5% a.a. + variação cambial ou 5,122% a 5,5% a.a. + libor + variação cambial	129.261	74.340
Capital de giro		42.358	40.719
Adiantamento Contrato Câmbio	8,25% a.a. + variação cambial		
	De 6,7% a 8,4% a.a. + variação cambial ou 5,26% a.a. a 6% a.a. + libor + variação cambial	<u>70.156</u>	<u>130.251</u>
Pré-pagamento de exportação			
Total moeda estrangeira		<u>248.200</u>	<u>250.120</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>405.224</u>	<u>326.937</u>
Circulante		94.109	124.041
Não circulante		311.115	202.896

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2021	76.883	79.373
2022	72.995	75.530
2023	45.081	47.616
Após 2023	<u>86.764</u>	<u>108.596</u>
	<u>281.723</u>	<u>311.115</u>

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “debt covenants”, os quais foram integralmente atingidos em 2019.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora							
	Saldo da dívida em 31/12/18	Alterações com efeito caixa			Alterações sem efeito caixa			Saldo da dívida em 31/12/19
		Novas captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências	
Empréstimos e financiamentos	300.761	253.983	(181.748)	(26.458)	24.958	6.416	(5.115)	372.797

  

Descrição	Consolidado							
	Saldo da dívida em 31/12/18	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências	Saldo da dívida em 31/12/19
Empréstimos e financiamentos	326.937	259.715	(181.748)	(29.247)	28.129	6.553	(5.115)	405.224

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

## 17 Debêntures

- (a) Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R\$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes características: (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (i) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023
- **Montante:** até R\$ 150.000.000,00 correspondentes a 150.000 debêntures;
  - **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
  - **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
  - **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
  - **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação

entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2019.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo remanescente de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 150.000.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora						
	Saldo da dívida em 31/12/18	Alterações com efeito caixa			Alterações sem efeito caixa		Saldo da dívida em 31/12/19
		Novas captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros		
2ª emissão	136.034	15.000	(26.470)	(13.909)	13.745	124.400	

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre debêntures como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

## 18 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 9.094 (R\$ 8.298 em 31 de dezembro de 2018).

### b. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui R\$ 7.951 (R\$ 23.132 em 2018) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. Este saldo está composto principalmente pelo valor a receber de R\$ 4.500 da controlada PCH - Chapecozinho Energética S/A que entrou em operação em março de 2019. As transações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

## 19 Impostos e contribuições à recolher

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ICMS a recolher	(3.775)	(801)
IRPJ a recolher	(28.592)	-
CSLL a recolher	(10.812)	-
PIS a recolher	(584)	(109)
Cofins a recolher	(3.389)	(511)
IRF a recolher	(117)	(83)
Outros impostos a recuperar	(251)	(124)
	(47.520)	(1.628)
Circulante	(45.090)	(1.070)
Não Circulante	(2.430)	(558)

## 20 Arrendamentos mercantil

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 43 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data. O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.h. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

Em 1º de janeiro de 2019 foram transferidos os arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06, o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento. De ativo imobilizado foi transferido o montante líquido de depreciação de R\$ 6.978, e empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 5.115, para ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, respectivamente.

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,84% a.m.

(a) **Movimentação de passivo de arrendamento**

<b>Controladora e consolidado</b>						
	Adições	Juros apropriados	Pagamentos de principal e juros	Variação cambial e outros	Transferências	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019 (nota explicativa 3)</b>	14.553	-	-	-	-	14.553
Arrendamento de terras	3.447	2.134	(2.991)	-	-	2.590
Arrendamento mercantil	24.706	1.467	(2.461)	395	5.115	29.222
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>42.706</b>	<b>3.601</b>	<b>(5.452)</b>	<b>395</b>	<b>5.115</b>	<b>46.365</b>
Circulante						7.782
Não circulante						38.583

(b) **Estimativas de realização**

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2020	8.231	(1.011)	7.220
2021	8.304	(1.011)	7.293
2022	8.358	(1.011)	7.347
2023	6.169	(1.011)	5.158
Após 2023	24.918	(5.571)	19.347
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>55.980</b>	<b>(9.615)</b>	<b>46.365</b>

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal estão, assim dividido entre os acionistas em 2019:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Márcia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	<u>100,00</u>

**b. Reserva de lucros**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

***Retenção***

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2019, aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.600, em 03 de dezembro de 2019 foi realizada assembleia geral extraordinária que deliberou pela aprovação de R\$ 2.000 de dividendos adicionais.

***Reserva de lucros a realizar***

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

**c. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2019, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 8.647 (R\$ 9.303 em 2018), líquido do imposto de renda na fonte de R\$ 1.526 (R\$ 1.642 em 2018), o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

	<b>2019</b>
Lucro líquido do exercício	141.117
(-) Reserva legal (5%)	<u>(7.056)</u>
Base de cálculo dividendos	<u>134.061</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u><u>33.515</u></u>
(-) Juros sobre o capital próprio creditados no exercício, líquido de imposto de renda	(8.647)
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>24.868</b>

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

**(i) Custo Atribuído**

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

**(ii) Hedge accounting**

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 27.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

**22 Receita operacional líquida**

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	<u>Controladora</u>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Venda de produtos e serviços	1.018.146	870.860
Deduções de vendas	<u>(150.182)</u>	<u>(141.704)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><b>867.964</b></u>	<u><b>729.156</b></u>

A receita de vendas da Companhia refere-se a venda de papel e embalagens de papelão ondulado, produtos do beneficiamento de madeiras como molduras, painéis de pinus, portas, kits de portas e pellets, os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

A receita da controlada Chapecozinho Energética S/A, refere-se a venda da produção de energia elétrica entregue ao sistema através do mecanismo de realocação de energia (MRE), sendo reconhecida mensalmente. O faturamento bruto de energia em 2019 foi de R\$ 9.330.

## 23 Despesas por natureza

	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Matéria prima e materiais de uso e consumo	384.845	308.663
Despesas com pessoal	139.552	125.597
Despesas com frete	54.694	46.492
Depreciações e amortizações	31.964	30.768
Exaustão	45.962	39.495
Suprimentos Industriais	28.470	26.141
Manutenção	24.068	20.644
Energia elétrica	25.662	22.119
Despesas com comissões	11.671	10.863
Benefícios a empregados	11.125	8.906
Outras receitas e despesas	51.584	1.923
	809.597	641.611
<b>Classificação por função</b>		
Custo dos produtos vendidos	620.360	500.028
Vendas	110.546	94.036
Administrativas	78.691	47.547
	809.597	641.611

## 24 Outras receitas e despesas

	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ganho líquido na alienação de bens	1.443	953
Créditos fiscais de PIS e COFINS (a)	55.060	-
Provisão para perda créditos fiscais (b)	(8.000)	-
Outras receitas e despesas	(1.631)	(1.365)
	46.872	(412)

- (a) Refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019.
- (b) A Companhia efetuou o crédito de IPI sobre aquisições de produtos com alíquota zero, isentas e não tributadas do IPI, com base em processo judicial transitado em julgado, dentre os quais aquisições de produtos de empresas tributadas pelo Simples Nacional e fretes sobre estas aquisições. Os valores das aquisições efetuadas de empresas do Simples Nacional e os fretes destas aquisições foram glosados pela Receita Federal e mantidos a glosa pelo CARF. Desta forma foi constituída provisão dos valores compensados indevidamente.

## 25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variações cambiais ativas	58.117	61.739
Juros de aplicações financeira	3.832	6.065
Variações monetárias ativas	317	291
Outras receitas financeiras (i)	<u>70.327</u>	<u>4.661</u>
	<u>132.593</u>	<u>72.756</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações cambiais passivas	(78.079)	(82.340)
Juros	(49.057)	(46.097)
Variações monetárias passivas	(100)	(551)
Perdas com derivativos (nota explicativa 27.c)	(12.391)	(49)
Juros sobre arrendamento mercantis (nota explicativa 20)	(3.601)	-
Outras despesas financeiras	<u>(1.540)</u>	<u>(2.433)</u>
	<u>(144.768)</u>	<u>(131.470)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(12.175)</u>	<u>(58.714)</u>

(i) Refere-se principalmente a atualização dos créditos tributários reconhecidos no exercício, mencionados na nota explicativa 9.

## 26 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

Em dezembro de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios de titularidade da Companhia. O FIDC Adami tem vida operacional indefinida, com o pagamento final das cotas em 13 de dezembro de 2022 e caso não haja novos aportes, o fundo será liquidado após a amortização total das cotas.

A estrutura de patrimônio do FIDC Adami, em 31 de dezembro de 2019 está assim representada:

<b>Quotas</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Cotas sênior	60.059	83%	60.658	83%
Cotas subordinadas mezanino	9.406	13%	9.279	13%
Cotas subordinadas júnior	<u>2.895</u>	4%	<u>1.959</u>	4%
	<u>72.360</u>		<u>71.896</u>	

A Companhia é detentora das cotas subordinadas mezanino as quais não podem ser negociadas no mercado secundário.

Em 31 de dezembro de 2019, o balanço patrimonial do FIDC Adami está assim composto:

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/12/2019</b>
Equivalentes de caixa	815	Contas a pagar	108
Aplicações financeiras	6.278	Patrimônio líquido	<u>72.360</u>
Contas a receber	64.285		
Outros	<u>1.090</u>		
	<u>72.468</u>		<u>72.468</u>

A Companhia realizou a avaliação da estrutura do Fundo com o objetivo analisar uma eventual necessidade de consolidação com base no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e considera que de acordo com o regulamento do Fundo a Companhia não possui o controle por não exercer poder sobre as atividades relevantes do mesmo e não possuir exposição a variabilidade de retornos.

A Companhia avaliou os critérios para o desreconhecimento de ativos financeiros cedidos ao fundo conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e entre os principais critérios considerados está a participação de 4% referente as cotas subordinadas junior, que se subordinam as cotas seniores e as cotas mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, a qual possui histórico de perda de 2,79% na carteira cedida. Em caso de perda, as cotas junior irão absorver primeiramente esses prejuízos. Com base nesta avaliação e em outros fatores da operação, a Companhia realizou o desreconhecimento dos títulos por considerar que sua cessão ocorre sem direito de regresso e sem coobrigação.

## **27 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

**a. Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo</b>				
<b>VJR</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	125.972	122.495	128.363	125.047
Aplicações financeiras	72.645	33.504	72.645	33.504
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	457	-	457	-
	<u>199.074</u>	<u>155.999</u>	<u>201.465</u>	<u>158.551</u>
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes	66.731	45.632	66.731	45.632
Depósitos judiciais	6.544	7.774	6.544	7.774
Fundo de investimentos em direitos creditórios	10.109	8.452	10.109	8.452
Dividendos a receber	711	1.350	711	1.350
	<u>84.095</u>	<u>63.208</u>	<u>84.095</u>	<u>63.208</u>

**Passivo**

**Custo amortizado**

Fornecedores	(78.373)	(73.086)	(79.109)	(84.044)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(497.197)	(436.795)	(529.624)	(462.971)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(27.001)	(1.335)	(27.001)	(1.335)
Passivo de arrendamento	(46.365)	-	(46.365)	-
	(648.936)	(511.216)	(682.099)	(548.350)
	(648.936)	(511.216)	(682.099)	(548.350)

**VJR**

Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(13.059)	-	(13.059)	-
	(13.059)	-	(13.059)	-

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(i) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia, com a aplicação em entidades com baixo risco de crédito. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2019 foram efetuadas vendas para aproximadamente 1.000 clientes individuais e o maior cliente representou 19% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

*Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras*

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 128.363 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 125.047 em 2018).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada nas notas explicativas 16 e 17.

**(iii) *Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

*Hedge Accounting de fluxo de caixa*

Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial desses fluxos de caixa em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira (*instrumento de hedge*) totalizam USD 10.005 (*valor nominal*) em 31 de dezembro de 2019 (USD 32.512 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia designou os empréstimos em moeda estrangeira (*instrumento de hedge*) para hedge accounting em que a variação cambial é registrada como componente de outros resultados abrangentes. Como objeto de hedge, a Adami tem as receitas projetadas altamente prováveis baseado em contratos fechados em USD.

Os ganhos e perdas dos instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados, são registrados como componente de outros resultados abrangentes e resultaram no montante negativo de R\$ 10.083 no período (R\$ 14.080, positivo em 2018) (líquido dos efeitos tributários). Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A efetividade prospectiva do hedge é mensurada no momento da designação e ao final de cada trimestre, com o objetivo da avaliação de efetividade prospectiva e afirmar que o instrumento de hedge será altamente eficaz em compensar as variações do objeto de hedge.

Em geral, a Companhia faz hedge de 40% a 50% de sua dívida em moeda estrangeira com relação a vendas previstas para os próximos doze meses. A Companhia utiliza faturamentos futuros para proteger seu risco cambial, os quais são designados como hedges de fluxo de caixa.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2019</b>	
	<b>Moeda estrangeira (US\$ mil)</b>	<b>R\$</b>
<b>Ativo</b>		
Contas a receber	3.056	12.314
<b>Passivo</b>		
Fornecedor	(82)	(332)
Empréstimos	(61.588)	(248.200)
Arrendamentos mercantis	(1.445)	(5.825)
Contratos de Swap	22.027	92.437
Hedge accounting	10.005	40.327
Exposição líquida	(28.027)	(109.279)

Análise de sensibilidade de variação cambial:

Operação	Risco	2.019	Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
			Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$			
Contas à receber	Aumento da taxa cambial	12.314	3,08	(900)	2,05	(1.031)	4,10	(770)	5,13	(639)	6,15	(508)
Fornecedores	Aumento da taxa cambial	(331)	3,08	24	2,05	28	4,10	21	5,13	17	6,15	14
Instrumentos financeiros	Aumento da taxa cambial	(12.602)	3,08	922	2,05	1.055	4,10	788	5,13	654	6,15	520
Arrendamento mercantil	Aumento da taxa cambial	(5.825)	3,08	426	2,05	488	4,10	364	5,13	302	6,15	240
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(248.200)	3,08	18.150	2,05	20.787	4,10	15.513	5,13	12.875	6,15	10.238
		<u>(254.644)</u>		<u>18.621</u>		<u>21.326</u>		<u>15.915</u>		<u>13.210</u>		<u>10.504</u>

*Análise de sensibilidade de variações de indexadores:*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

Operação	Risco	2.019	Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
			Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$			
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	189.976	3,19	(13.892)	2,13	(15.910)	4,25	(11.874)	5,31	(9.855)	6,38	(7.837)
Empréstimos	Aumento do CDI	(94.874)	3,19	6.938	2,13	7.946	4,25	5.930	5,31	4.922	6,38	3.914
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(21.010)	3,19	1.536	2,13	1.760	4,25	1.313	5,31	1.090	6,38	867
Debêntures	Aumento do CDI	<u>(124.400)</u>	3,19	<u>9.097</u>	2,13	<u>10.419</u>	4,25	<u>7.775</u>	5,31	<u>6.453</u>	6,38	<u>5.132</u>
		<u>(50.308)</u>		<u>3.679</u>		<u>4.213</u>		<u>3.144</u>		<u>2.610</u>		<u>2.075</u>
Empréstimos	Aumento do TJLP	(62.133)	3,82	4.543	2,55	5.204	5,09	3.883	6,36	3.223	7,64	2.563
Empréstimos	Aumento da libor	(152.604)	1,28	11.159	0,85	12.781	1,70	9.538	2,13	7.916	2,55	6.295

*Gestão do capital social:*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**c. Instrumentos Financeiros Derivativos**

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em perda líquida de R\$ 12.391 durante o exercício de 2019 (perda de R\$ 49 em 2018) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 25), e geraram reconhecimento conforme demonstrado abaixo.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Valor justo de derivativos registrado como receita financeira (nota explicativa 25)	13.784	3
Valor justo de derivativos registrado como despesa financeira (nota explicativa 25)	(26.175)	(52)
Resultado líquido dos efeitos da marcação de instrumentos financeiros ao valor justo	(12.391)	(49)

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor nominal (“notional”) de R\$ 92.437 (USD 22.027), que apresentaram a marcação ao valor justo de R\$ (12.602). Abaixo apresentamos os efeitos do registro deste instrumento derivativo.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Valores a receber derivativos registrados no ativo circulante	457	-	457	-
Valores a pagar derivativos registrados no passivo circulante e não circulante	13.059	-	13.059	-

## **28 Eventos Subsequentes**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 27 sobre gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia está exposta à taxas de juros, variações em taxas de câmbio, em função principalmente das suas atividades operacionais. Os possíveis impactos do surto na nossa exposição à variação da taxa de juros e em taxas de câmbio foram divulgados na análise de sensibilidade.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.